

COLONIZAÇÃO, DESCOLONIZAÇÃO E PÓS-COLONIALISMO: A GÊNESE DA GUINÉ-BISSAU NA GEOPOLÍTICA DA GUERRA FRIA

***COLONIZATION, DECOLONIZATION AND POSTCOLONIALISM:
THE GENESIS OF GUINEA-BISSAU IN THE GEOPOLITICS OF THE COLD WAR***

***COLONIZACIÓN, DESCOLONIZACIÓN Y POSTCOLONIALISMO:
LA GÉNESIS DE GUINEA-BISSAU EN LA GEOPOLÍTICA DE LA GUERRA FRÍA***

Moisés Domingos Correia

Mestrando em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí

E-mail: ysneyomberg@aluno.unilab.edu.br

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Geografia,

Universidade Federal do Piauí

E-mail: raimundojucier@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo trata do processo de descolonização e da formação do Estado nacional da Guiné-Bissau e sua interrelação com a bipolaridade do poder global da guerra fria entre o Ocidente e o Leste Europeu. Apesar de “boa fama e a glória” com que foi conduzida a revolta anticolonialista na Guiné-Bissau, mostraremos que os desafios da “transição histórico-geográfica” pós-colonial não estão sendo traduzidas nas estratégias de soberania e libertação nacional que orientavam a resistência popular descolonizadora e, conseqüentemente, o “banimento” de (neo)colonialismos. Dessa preocupação, busca-se pela pesquisa bibliográfica exploratória e pela leitura de textos-documentos de intelectuais descolonizadores não homogeneizar as experiências de descolonização africana, mas traçar um diálogo que permite a compreensão da situação pós-colonial da Guiné-Bissau como motivadas pelas dinâmicas da geopolítica internacional, levando em consideração sua particularidade regional, local e situacional.

PALAVRAS-CHAVE: Descolonização; Guerra fria; Estado-nação Guineense.

ABSTRACT

This essay examines the process of decolonization and the formation of the national state in Guinea-Bissau, as well as its relationship to the Cold War bipolarity of global dominance between the West and Eastern Europe. Despite the "good reputation and glory" of the anti-colonial revolt in Guinea-Bissau, we will demonstrate that the challenges of the post-colonial "historical-geographical transition" are not being translated into the strategies of sovereignty and national liberation that guided popular resistance to decolonization and, as a result, the "banishment" of (neo)colonialism. From this concern, we seek to trace a dialogue that allows understanding Guinea-post-colonial Bissau's situation as motivated by the dynamics of international geopolitics, considering its regional, local, and situational particularities, through exploratory bibliographic research and the reading of texts-documents by decolonizing intellectuals.

KEYWORDS: Decolonization, Cold War, Guinean National State.

RESUMEN

Este ensayo examina el proceso de descolonización y la formación del estado nacional en Guinea-Bissau, así como su relación con la bipolaridad de la dominancia global de la Guerra Fría entre el Occidente y Europa Oriental. A pesar de la "buena reputación y gloria" de la revuelta anticolonial en Guinea-Bissau, demostraremos que los desafíos de la "transición histórico-geográfica" postcolonial no se están traduciendo en estrategias de soberanía y liberación nacional

que guíen la resistencia popular a la descolonización y, como resultado, el "destierro" del (neo)colonialismo. A partir de esta preocupación, buscamos trazar un diálogo que permita comprender la situación postcolonial de Guinea-Bissau motivada por las dinámicas de la geopolítica internacional, teniendo en cuenta sus particularidades regionales, locales y situacionales, mediante una investigación bibliográfica exploratoria y la lectura de textos-documentos de intelectuales descolonizadores.

PALABRAS CLAVE: Descolonización, Guerra Fria, Estado-nación Guineense.

1. INTRODUÇÃO

Ademais, o fim da Guerra Fria e da União Soviética alterou definitivamente o mapa mundial. O triunfo dos Estados Unidos como a última superpotência sugere que um novo arranjo de linhas de força irá estruturar o mundo, e elas já começavam a se evidenciar desde as décadas de 1960 e 1970.

Edward W. Said (2011, p. 432)

Em termos retrospectivos, torna-se possível demarcar, pelo menos, dois grandes períodos dominantes do processo de incorporação da África como parte das periferias colonizadas pelos centros ocidentais do capitalismo. Um primeiro, do século XV a meados do século XIX, apresenta como instituição do projeto eurocêntrico ao longo da costa africana com a finalidade de espoliar e transformar um conjunto de etnias e comunidades nativas, nas ilhas e no continente, em mercadorias no comércio de escravizados (FRANK, 1980). Um segundo, do último quartel do século XIX ao começo do último quartel do século XX, faz parte da chamada era do “neocolonialismo”, momento em que “as grandes potências europeias ocuparam e impuseram sua dominação em todo o continente, menos na Etiópia” (FIORI, 2014, p. 251).

A grande quantidade de excedentes de mercadorias e o avanço dos centros industriais sobre as periferias do capitalismo, impulsionados pela primeira grande depressão entre 1873 e 1895, guardam um conjunto de pistas sobre o processo de neocolonialismo da África e da Ásia e, assim, da nova partilha do mundo a partir da Conferência de Berlim de 1884-1885. A consolidação da expansão territorial de países que faziam parte do centro da geopolítica do capitalismo (como Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos da América), na transição para o século XX, demarcava a nova configuração assimétrica do poder político e econômico do globo, estando uma vastidão de países incorporados na condição de colônias diretas ou “indiretas” desses centros (ASSIS, 2017; 2020).

Como assinala Eric Hobsbawn (2009, 101-102):

[...] a Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de 9, a Alemanha conquistou 2 milhões

e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente, da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara Ocidental. O crescimento da Rússia Imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista (...) Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito possuía “formalmente”. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo – conservando apenas a Islândia e a Groenlândia como territórios dependentes.

Na África ocidental permaneceram os franceses, de 1885-1900, mais ativos. Eles lançaram suas campanhas de dominação para tomar o Império do Ségou (o Reino Ahmadou), e o Império de Almami Samori, reino do Daomé. Por outro lado, estavam os ingleses tentando submeter o reino Achanti – atual Gana, e Império de Sokoto. Estas duas potências tiveram que se conter para não entrar em guerras, sobretudo com a saída da França do Congo para o Rio Nilo, chocando-se com a Inglaterra, em *Fachoda*, no alto Nilo (FAGE, 2017). Enquanto a França e a Inglaterra submetiam os povos às suas autoridades durante a ocupação, a Itália fracassou na tentativa de conquistar o imperador da Etiópia, Ménelik, culminando assim com a derrota dos Italianos em 1896. Esse resultado permitiu com que a Etiópia e Libéria fossem os únicos territórios não ocupados militarmente nessa corrida (FIORI, 2014).

O processo de colonização da Guiné-Bissau faz parte do projeto expansionista português que estendiam sua dominação sobre a Guiné, Angola e Moçambique e, sob o ultimato da Inglaterra e suas limitações financeiras e bélicas, desistiram da sua pretensão em ocupar também a bacia do Zambeze, Malawi e Zâmbia. As potências de alguma forma competem acirradamente entre si, precisando também da diplomacia para não entrarem em profundas guerras por zonas de interesse em comum, razão pela qual se realizou a citada Conferência de Berlim. No entanto, mesmo com essas breves notas sobre o processo das demarcações expansionistas, conseqüentemente, suas significações para a institucionalização da então situação imperial, o que cabe aqui problematizar é como um conjunto de movimentos de libertação nacional e práticas anticolonialistas enfrentaram essa ordem político-econômica.

Assim, este artigo trata do processo de descolonização e da formação do Estado nacional da Guiné-Bissau durante a chamada Guerra-Fria. Mesmo que se aborde apenas uma situação espaço-temporal da África em que se torna impossível qualquer homogeneização das experiências de (des)colonização africana, vale apresentar como o movimento de descolonização da Guiné-Bissau se relacionava com a bipolaridade do poder global entre o Ocidente e o Leste Europeu. Valendo-se de exploração bibliográfica e análise das obras-documentos especializados, e tendo em vista a necessidade de aprofundar os debates da Guerra Fria e o aparecimento de novos Estados Africanos, o artigo procura compreender a condição na qual a Guiné-Bissau se tornou livre do colonialismo, mas sujeitada ao imperialismo norte-americano hegemônico.

Para confeccionar os momentos chaves desta proposta, compartimentamo-la em três tópicos: além da nota introdutória, depara-se na sequência com o debate sobre o colonialismo, o racismo e neocolonialismo enquanto políticas discriminatórias pelas quais se desenvolveu um sentimento de distinção de um Outro geográfico equidistante no intuito de humanizar sua exploração e o surgimento da resistência em uma forma de manifestar a necessidade de liberdade. Na segunda seção, procuramos apresentar rapidamente como se construiu as relações durante a Guerra Fria entre as principais potências que disputavam pela nova hegemonia imperial do globo, suas relações com os líderes dos movimentos africanos para a independência e suas estratégias para mobilização das condições necessárias para a neutralização do colonialismo. Terceiro volta-se para contextualizar e questionar algumas situações, conseqüentemente, implicações circunstanciais das relações arquitetadas no contexto da descolonização e da Guerra Fria na formação dos Estados Africanos, especificamente guineense.

Em suma, apesar de “boa fama e a glória” com que foi conduzida a revolta anticolonialista na Guiné-Bissau, mostraremos que os desafios enfrentados da “transição histórico-geográfica” não estão sendo traduzidas nas estratégias de soberania e libertação nacional que orientaram a resistência popular e, conseqüentemente, o “banimento” de (neo)colonialismos. Portanto, concluiu-se que é preciso olhar e indagar sobre as questões evidentes ligadas à herança colonial e as implicações da Guerra Fria sem desconectá-las com a descolonização e suas relações com a geopolítica atual. E, vale nunca esquecer as palavras de Edward W. Said, ditas sobre o momento em que os processos de descolonização africana davam-se junto a unipolaridade do poder dos Estados

Unidos: “o imperialismo não acabou, não virou de repente “passado” ao se iniciar, com a descolonização, a desmontagem dos impérios clássicos” (SAID, 2011, p. 432).

2. COLONIALISMO, RACISMO E NEOCOLONIALISMO

A *situação colonial* é analisada por antropólogos como Georges Balandier como encontro civilizacional de dois ou mais povos distintos sob a lógica de relações de dominação assimétrica. Essa lógica descreve-se na medida em que os povos europeus, pelas condições político-econômicas e tecnologias de guerra desenvolvidas, impuseram sua dominação para os povos das Áfricas, Américas e Ásias. Esse encontro de relações de poder não consubstanciadas é fundamentado em aspectos “anatômico-fisiológicos” inventados pelo racismo científico extrínseco contra o outrem, pelo que não se interessava nas diferenças raciais, sociais, culturais, ou mesmo, espirituais ou da heterogeneidade humana, mas sim na divisão, escravização e exploração extrovertida das matérias-primas e dos escravizados africanos forçados à imigração, subordinação e clandestinidade (BALANDIER, 2011).

Perante esta situação antropológica, sociológica, geográfica e geopolítica das relações de poder assimétricas entre a Europa e a África que remonta séculos, Aimé Césaire (2011) aprez relacionar a insígnia colonial à negação das culturas outras. Na sua perspectiva apresentada no primeiro congresso internacional de escritores e artistas negros de 1956, em Paris, contorna que ao mesmo tempo que tudo decorre sob um denominador comum, isto é, a *situação colonial*, *semicolonial* e *paracolonial*, o processo da colonização deva ser entendido não simplesmente como um processo de encontro entre as civilizações distintas, como outrora coloca Balandier (2011), porém, como um assassinato agonizante das culturas outras. Ou seja, o projeto colonial devastou as estruturas linguísticas, organizações políticas, formas de apropriações da natureza e práticas culturais dos povos submetidos à dominação, até mesmo a sua espiritualidade, nos processos diretos dos controles territoriais europeus na África.

Tendo em xeque a devastação e desapropriação cultural das sociedades colonizadas, Frantz Fanon (2011), em sua perspectiva psiquiátrica sobre a *situação colonial*, analisa as implicações que tem tido o racismo para a subjugação das culturas não ocidentais e revitaliza a célebre definição do colonialismo ao caracterizá-lo como ação coletiva e desumana que pressupõe a *morte dramática*, portanto, contínua da cultura preexistente. Para Fanon (2011), o racismo enquanto principal

termômetro para medir a humanidade dos povos negros, permitiu tanto “aculturação” quanto “desculturação” mórbida de um *outro objectivado*. Os povos colonizados, de tanta opressão, a sua maioria passa a naturalizar os discursos construídos a seu respeito e, portanto, a procurar a salvação que vinha da negação de seus próprios traços culturais pela civilização europeia e a sua “racionalidade”, mesmo que os processos dos movimentos de libertação sejam o desalienar-se das “obscuras intenções colonialistas”.

Esse processo de renascimento, contudo limitado aos espaços de privilégio na situação colonial, é o sentimento de uma “injustiça apocalíptica” que prevalece e suscita nos homens da cultura a resistência ao colonialismo.

O racismo não é, pois, uma constante do espírito humano. É, vimo-lo, uma disposição inscrita num sistema determinado. E o racismo judeu não é diferente do racismo negro. Uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há nele linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais, existe como horizonte. Estas virtualidades, estas latências, circulam dinâmicas, inseridas na vida das relações psicoafetivas, econômicas.

O corpo a corpo do indígena com a sua cultura é uma operação demasiado solene, demasiado abrupta, para tolerar qualquer falha. Nenhum neologismo pode mascarar a nova evidência: o mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade (FANON, 2011, p. 282).

Entrementes, destacam-se três aspectos indispensáveis nos pensamentos de Fanon (2011): primeiro, que não existe racismo menos destruidor, porque o racismo deve-se ser qualificado como um mecanismo a partir do qual desumaniza-se outros povos, suas culturas e civilizações tendo como denominador da discriminação a “raça”. Segundo, chama-nos a atenção para observar a dialogicidade ininterrupta entre o corpo e a cultura enquanto a condição para aquisição de uma consciência histórica, fonte da revolução popular. Por fim, a luta pela libertação nacional dos povos colonizados está em fundamentar a noção da justiça humana restaurando liberdades e devolvendo vozes aos silenciados.

Ao mergulhar no seu próprio passado, o corpo subjugado aciona as ferramentas tanto suas ou dos opressores visando utilizá-las à concretização da liberdade e autonomia de pensar por si, nasce o *humano novo*.

O fim lógico desta vontade de luta é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, todas

as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante (*ibidem*, 2011, p. 284).

Outro descolonialista muito importante para a concretização das independências da África é Amílcar Cabral – líder revolucionário e dirigente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na corrida à liberdade política e à fundação das nações guineense e cabo-verdiana pela luta armada. Cabral é muito conhecido pelo seu pensamento e capacidade estratégica com que conduziu a descolonização e a formação dos Estados da Guiné e Cabo Verde. Durante a sua análise da situação colonial e da descolonização, Cabral clareia que a resistência contra o opressor sistema não apenas é um facto cultural, também um fator que proporciona a cultura:

Se aliarmos a estes factos, inerentes a uma luta armada de libertação, a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a responsabilidade crescente das populações na gestão da sua vida, a alfabetização, a criação de escolas e de assistência sanitária, a formação de quadros originários dos meios rurais e operários - assim como outras realizações veremos que a luta armada de libertação é não apenas um facto cultural mas também um fator de cultura (CABRAL, 2011, p. 373).

Portanto, a situação colonial – que teve o seu início desde séculos XV lançado sob as distintas periferias do globo e, nas Áfricas particularmente, instaurou seus domínios neocoloniais do último quartel do século XIX ao último quartel do século XX, devastou estruturas organizacionais, institucionais, políticas, econômicas, linguísticas e culturais em quase todas as dimensões da vida social e humana nessas regiões e lugares. Como consequência abrupta da sua implementação que não respeita as peculiaridades subjetivas internas e contextos em específicos, produziu-se as políticas balcanizantes – *dividir para reinar* – institucionalizadas entre as identidades políticas africanas, criação das classes sociais e da elite política e econômica, separação das fronteiras e purificação pelo pseudo-cristianismo e a cientificidade de outras terras.

Essas dominações diretas se fragilizaram somente nas cinzas da Segunda Guerra Mundial e no contexto que surgira a Guerra Fria entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), processo geopolítico que permitiu o fortalecimento das organizações sociais, do uso da denúncia pela diplomacia, das guerrilhas armadas e das lutas de libertação para a descolonização da África. A *reivindicação pan-africana crítica* elegeu algumas dimensões a serem alcançadas com a desobediência à ordem colonial discriminadora, coordenação de uma resistência solidária para libertar o continente e, por fim, desenvolvê-lo socioeconômico,

político e culturalmente. Como propunha o mais jovem Afrotopo, o ecônomo senegalês Felwine Sarr (2019, p. 129):

a reivindicação do especificamente africano, deriva de um desejo de reconhecimento da contribuição da face africana no rosto da experiência humana. É uma vontade de construir um universalismo, desta vez rico de todos os particulares, e de habitar um mundo que seja seu, uma vez que nele se reconhece também os próprios signos.

3. OS RASTROS DA GUERRA FRIA NOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÕES EM ÁFRICA

Perante os desafios que propunha à descolonização da África, sem generalizações abusivas, a literatura comprova-nos que, no âmbito internacional e conjuntural, embora a Guerra Fria não tenha dado início às resistências da descolonização do continente, tornou-se uma variável indispensável para entender o desenvolvimento do processo de libertação como um todo. Neste sentido, para afastar a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na corrida para a África, os Estados Unidos América lançaram mão de “um pacote político” para apoiar seus aliados nas guerras locais, como nos orienta:

A concessão de bolsas de estudos para jovens do continente africano, ajuda financeira, a distribuição de alimentos, o recurso à ONU para despolitizar as ajudas à África, assistência técnica, a cooperação educacional, o estabelecimento de um Fundo das Nações Unidas para o Congo, ajuda militar a alguns países para a salvaguarda da sua segurança, a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), um fundo de ajuda ao desenvolvimento do Banco Mundial, tudo isso fez parte do pacote político norte-americano para a África. A ideia era afastar os soviéticos do continente (SARAIVA, 2007, p. 224).

Por sua vez, a antiga União Soviética – para além de tentar estabelecer uma ponte nacional mais estável com países africanos em processo de descolonização – propôs políticas de cooperação para a formação superior dos jovens africanos na Rússia e países aliados. Além disso:

a política de empréstimos foi fundamental para o desenvolvimento da presença soviética na África ao longo dos primeiros anos da independência. Os soviéticos passaram a conceder empréstimos ao governo da Guiné, de 1959 em diante. Em 1960, Sekou Touré, líder da independência daquele país, assinou em Moscou um acordo de cooperação econômica para a participação soviética na construção da barragem de Concuré. O exército Guineense passou a atuar com armas tchecas, e aviões russos eram pilotados por aviadores da Alemanha Oriental. As forças aéreas da Gana, do líder Nkrumah, foram equipadas com aviões *Illiuchin*, da União Soviética. Estudantes desses países recebem bolsas para estudar em Moscou. Esse

foi o modelo cooperação soviética para o continente africano no contexto das independências (SARAIVA, 2007, p. 225).

As frentes bélicas, abertas na África pelas potências que coordenaram a Guerra Fria, tiveram consequências notáveis na formação dos sistemas estatais pós-coloniais. Dessa forma, a ascensão de nacionalismos afro-asiáticos tem sido objeto de interpretações na maximização teórica internacional. Ao novo “mapa geopolítico mundial” que se está a redesenhar nos anos de 1950 ao início da década de 1970 – área das independências africanas – assinala Saraiva (2007, p. 220) que, pelo menos, três importantes perspectivas sobre a descolonização coexistem:

a primeira acredita que a independência dos territórios colonizados sinaliza “o declínio do poder” das metrópoles europeias, a debilidade econômica e redefinição estratégica destes Estados nacionais;
a segunda acirra outros a possibilidade de obter a explicação para essa nova reorganização geopolítica internacional voltada às Áfricas com base na disputa ideológica e econômica desenvolvida entre os dois principais Blocos da Guerra Fria condominial – a crise de Suez em 1956;
Entretanto, há entre outros que acreditam que nem as duas outras possibilidades teriam condições para projetar a razão pela qual a então descolonização está na senda das discussões, não obstante, lança-se alternativa que vê essa ascensão enquanto a capacidade de “mobilização radical dos colonizados” como “a fonte” primordial para a ruptura com as metrópoles, dali o surgimento do *Terceiro Mundo* com exigências próprias no “sistema internacional”.

Também, sinaliza-se a importância da Conferência de Bandung, realizada na Ilha de Java, Indonésia. Essa conferência afro-asiática, que deu início em 16 a 24 de abril de 1955, com 29 países, dos quais 23 da Ásia e 6 da África, demarcou para a história da descolonização Afro-asiática – a origem do espírito libertário. Uma reafirmação que, nas palavras de Aimé Césaire (2011, p. 258) “não foi apenas um grande acontecimento político, mas também um acontecimento cultural de primeira ordem. Pois foi a sublevação pacífica de povos sedentos não só de justiça e de dignidade, mas também daquilo que a colonização lhes roubou em primeira mão: a cultura”.

Dali ressurgiu países com a vontade política de não toxicar com o conflito econômico-ideológico em que se encontrava o Ocidente e o Leste Europeu. Todavia, enquanto concerto de países não alinhados “a sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente” (SARAIVA, 2007, p. 221), um pacote que culminou com as independências à Índia, ao Paquistão, à Birmânia e ao Ceilão o acesso à autonomia já em 1947. Como e bem alicerça, no que diz respeito a transição indiana:

A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. A influência internacional do novo Estado, alicerçada em sua projeção política sobre o contexto afro-asiático, elevou o país à categoria de referência regional e internacional. A vontade deliberada de não aderir a bloco, a permanência fora dos esquemas da guerra fria e a busca de liderança na Ásia – evidenciada pelo esforço de armistício para a Coreia em 1951 e pela tentativa de solução negociada para Guerra do Vietnã nas tentativas de Genebra em 1954 – contribuíram para o prestígio internacional da Índia (SARAIVA, 2007, p. 221).

Se, por um lado, redesenha-se a política neocolonial que neutraliza as forças existenciais e políticas nas Áfricas, por outro, crescem reivindicações políticas locais para a melhoria da vida e restauração das liberdades substantivas que lhes foram confiscadas pela colonização, condição *sine qua non* para o desenvolvimento (SEN, 2000). Na escala continental, havia-se na perspectiva de alguns líderes anticolonialistas – que tem no então Primeiro-ministro de Gana, Kwame N’Krumah sua figura mais expressiva – uma necessidade de unir toda a África para fazer face aos desafios do neocolonialismo. Contudo, foram cooptados os ditos ou então moderados pelo sistema neocolonial para desequilibrar, senão enfraquecer as justas insurgências, consubstanciando dificuldades internas também no que se refere à constituição de uma unidade política e territorial da libertação nacional (N’KRUMAH, 2011).

As independências nas Áfricas, sendo movimentadas pelas ideias descolonizantes, possuem especificidades no conteúdo e na materialidade. Essas diferenças e complexidades é tanto influenciada pelos sentimentos de revoltas e de moderação que exigia e tramita o processo como um todo. A experiência transitiva britânica na África Subsaariana, que datam de 1954 à década de 1960 –, remontando a crise de Suez em 1956, secessão do Congo belga, transição violenta na Argélia, o modelo exemplar da independência de Gana em 1954-1957, a descolonização britânica no mediterrâneo (Chipre e Malta) e, por último, a intervenção das tropas dos EUA no Vietnã, em 1966, tudo isso demarca o importante dinamismo e a dramaticidade no “condomínio internacional” nas Áfricas (SARAIVA, 2007).

Quanto a Argélia, por exemplo, passa de um reformismo legalista à luta armada, liderada pelo Movimento de Libertação Nacional (MLN) que desencadeou o confronto com a França no Norte da África, ao mesmo tempo que buscou controlar a opinião pública em benefício de razões pelas quais lutavam. Portanto, sua inserção na arena internacional não se alinhou à da Gana. Outro exemplo importante citado, é do Congo Belga, tendo envolvido as potências da então “Guerra

Condominial” focados nas vantagens que o país oferecia (cobre, manganês e diamante), este não teve a oportunidade de consolidar a sua independência, porque as potências internacionais iniciaram uma Guerra Civil entre Patrice Lumumba e o seu opositor armado, Mobutu, que tinha como primordial objetivo a libertação da Katanga e uni-los aos interesses ocidentais (*ibidem*, 2007).

Em relação a situação do oscilante império português e ingerência da situação cavada pela sede da liberdade posta por movimentos nacionalistas em “África de expressão portuguesa”, sua condição de permanência frente a polarização conflitante entre os gigantes Leste Europeu e os EUA, salienta-se que Portugal salazarista – durante o Estado autoritário – persistia em manter as relações de produção capitalista colonial a partir dos interesses que seus protetorados tinham para com a África, tanto como exploradores de recursos mineiros e outros quanto no combate ao socialismo russo – que estava em curso ou presente nas expressões da descolonização (FREIXO, 2018).

As estratégias páldas com que se sustentava a Guerra Fria diante dos desafios da descolonização têm inflexionado senão perplexamente a decisão da ONU contra a política portuguesa na África, inviabilizando assim uma decisão coerente. Contudo, a aliança para descolonização formada em Bandung e a proliferação dos movimentos nacionalistas para a libertação das Áfricas pressionava a opinião pública internacional, a situação geográfica portuguesa, suas ilhas espoliadas e as zonas na África Austral, territorialmente estratégicas em recursos cobiçados, tudo isso permitiu com que Portugal conseguisse aliados fortes contra a descolonização.

[...] a inserção de Portugal nas relações internacionais durante o Regime Salazarista, apresentava alguns aspectos paradoxais, visto que, se por um lado, a “política isolacionista” deliberadamente implementada pelo regime, aliada à condenação da opinião pública internacional à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista, mantiveram Portugal numa postura de relativo isolamento no contexto internacional; por outro, os interesses econômicos e financeiros e as determinações político-estratégicas da conjuntura mundial - relacionadas à participação de Portugal na OTAN - acabam por garantir a integração de Portugal à comunidade internacional (FREIXO, 2018, p. 131-132).

Nestas entrelinhas do pan-africanismo e desobediência dos anos 1950, após a segunda Guerra Mundial, as dificuldades de lidar com a situação da descolonização debaixo das consideráveis forças armamentistas de então potências, a queda dos regimes totalitários nazista e fascista permitiram com que houvesse algum desequilíbrio, contudo, em Portugal ainda permanecia tal regime, que facilitou a aceleração e propagação de alianças regionais e continentais para a libertação dos povos majoritários mantidos por minorias econômicas de poderio militar e político

sob “coleiras prisionais” do colonialismo ilusório, como bem realça John D. Fage (2017). Enquanto entardece a situação de dominação colonial, as contestações de movimentos tanto sindicais como políticos e estudantis começaram a contrapor suas exigências aos colonizadores. Um fato possível de observar na literatura por quase todos os territórios pós-guerras em situação de colonizados.

Na África lusófona, de condições específicas em relação às várias Áfricas colonizadas, as condições não democráticas instauradas em Portugal, o Salazarismo, abrem as portas para que essa dominação fosse considerada mais brutal e selvagem em comparação com outras realidades. Essa brutalidade se explicava nas relações de dominação que o sistema colonial português estabelece com as identidades políticas (étnicas) tanto em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outras colônias que mantinha com o protetorado de Inglaterra. É importante frisar que, mesmo sendo países colonizados por um e único colonizador, tem sido registrado e deixado o colonialismo marcas não semelhantes em todos os territórios lusófonos africanos. Em termos singulares, Angola, por exemplo, dada a sua dimensão territorial e multiétnica, situação geoestratégica e potencialidades em recursos naturais que agrega o geográfico (petróleo, ferro, diamante e outros), o seu processo de independência é descrito, por Paulo F. Visentini (2009; 2016), como forte e impactante.

Entrementes, para a resistência contra a geopolítica colonial lusitana foram formadas várias frentes regionais para a libertação de Angola, entre elas são destacadas três: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que, depois de conquistada a independência, estas formações políticas conflituam-se pelo monopólio de poder da gestão do subsolo angolano. Foi derrotada a FNLA que desfrutava de apoio dominante dos EUA pela MPLA. Apoiada pelo exército Sul Africano, liderada por Jonas Savimbi (aliado a África de Sul e Estados Unidos da América), a UNITA desencadeou “uma guerra-relâmpago” contra o MPLA de Agostinho Neto. Nas seguintes palavras, descreve Visentini (2009, p. 127) que:

Face à situação desesperadora, iniciou-se uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país, as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. Assim, o MPLA governaria sozinho o país, havia declarado uma República Popular de inspiração marxista-leninista, mas enfrentava a guerrilha étnica da UNITA no sul, liderada por Jonas Savimbi (ligado a Pretória e Washington). A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para manter viva a UNITA, desestabilizar o governo do MPLA e impedir a infiltração dos guerrilheiros da Organização Popular do Sudoeste Africano – SWAPO (apoiados por

Luanda) na Namíbia. Os cubanos permaneciam um pouco ao norte dos sul-africanos para impedir a invasão ao centro do país. A situação dos novos Estados era difícil, pois a maioria dos colonos retirara-se, privando-os de capitais, técnicos e administradores, enquanto tinham de enfrentar o caos interno e as invasões externas.

São inúmeros exemplos referidos por Eduardo Mondlane para decodificar razões pelas quais procuram suas liberdades sobre o contexto insustentável estabelecido pela situação colonial. Contudo, demos especial atenção à mais dramática de todas – o acontecimento de Mueda, em 1960.

Esta manifestação, embora passasse despercebida no resto do mundo, constituiu um fator catalisador na região. Mais de 500 pessoas foram mortas a tiro pelos portugueses, e muitos daqueles que até então nunca tinham pensado no uso da violência passaram a considerar a resistência pacífica como inútil. A experiência de Teresinha Embalça, agora militante da FRELIMO, mostra porquê: ‘Eu vi a forma como os colonialistas massacraram o povo de Mueda. Foi lá que perdi o meu tio. Nosso povo estava desarmado quando eles começaram a disparar’. Ela juntou-se aos milhares de pessoas que decidiram não mais enfrentar a violência portuguesa sem armas na mão (MONDLANE, 2011, p. 350).

Esse acontecimento, assim como outros, fizeram renascer o sentimento para uma resistência nacional. Uma resistência que não teria condições de fracassar, apesar de estar a lutar contra um sistema com mais recursos bélicos. Pois anteriores tentativas de opor-se ao colonialismo em Moçambique não surtiram efeitos históricos como a iniciada a partir da década de 1960, porque não haviam sido organizadas em grandes números e qualidades adversas. Porém, para renascença do Estado independente em Moçambique, tiveram que construir uma base de confiança mais ampla que integrava desde assimilados, artistas e poetas, músicos e escultores, trabalhadores assalariados, sindicatos e associações estudantis e cooperativas. Uma resistência anti-colonização só era possível se conseguisse reconstituir a própria realidade cultural e política que a colonização havia negado.

Após esse processo registrou-se o nascimento de três grandes movimentos políticos regionais para a independência de Moçambique, ei-los: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), formada em 1960 em Salisbury, seguida de Mozambique African National Union (MANU), fundada em 1961, e, por fim, União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), que, posteriormente, foram fundidos em FRELIMO, ou seja, a Frente de Libertação de Moçambique. Para tanto, é importante realçar que o nacionalismo moçambicano,

como vários que eclodiram em tais circunstâncias, tornou-se possível graças às incertezas que o colonialismo português sugeria pela repressão e massacres. Da mesma forma, a resistência armada fora colocada pelas circunstâncias das impossibilidades de conquistar uma soberania para um novo Estado apenas pacificamente.

4. FORMAÇÃO DO “ESTADO-NAÇÃO” NA GUINÉ-BISSAU

A selvagem colonização lusitana tornou a Guiné-Bissau num símbolo da resistência anticolonialista. A declaração unilateral da liberdade que reanimou o direito de soberanamente se governar, autoproclamada em 24 de setembro de 1973, pelo Presidente da então Assembleia Nacional Popular, logo reconhecida por 80 países livres, posteriormente aceito pelo governo português, em abril de 1974, abriu a possibilidade para que o Estado da Guiné-Bissau se lançasse a eternização ou cristalização de um “projeto nacional progressista” idealizado por Amílcar Cabral, líder e fundador, em 1956, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Uma organização política que conduzira a luta armada, conseqüentemente, a libertação do território e da sociedade na criação de um novo “Estado-nacional”.

Segundo Basil Davidson (1975, p. 59), para Cabral “o que é preciso conseguir é que o próprio povo descubra a necessidade da luta armada. Toda a ‘questão camponesa’ depende disso, e não se deve forçar o ritmo”. E Complementa: “Se os camponeses não compreendem, é perigoso e muitas das vezes inútil desencadear a luta sozinho” (DAVIDSON, 1975, p. 59). Desta premência, o PAIGC começou, conquanto a conscientizar a população da zona urbana – Kriolas -, disposta a participar na resistência, entre os quais estavam os funcionários da administração pública colonial, sector comercial, bem como, assalariados de Bissau, considerados por Cabral como importantíssimos aliados, é claro, dependendo de circunstância específica. Essa mobilização não se restringiu apenas aqueles que detêm certos privilégios no sistema colonial, bem como, aqueles considerados “sem classe” social, ou pessoas que viviam distante do sistema de produção capitalista colonial (DAVIDSON, 1975; LOPES, 1987; NÓBREGA, 2003).

Em julho de 1959, deu-se início aos protestos. Em tal circunstância, as vozes que protestavam por melhoria de condições de trabalhos e salários não ecoaram bem aos ouvidos do então governador de Bissau, como forma de “negociação necro”, mobilizou as polícias que assassinaram literal e brutalmente dezenas de trabalhadores no porto de Bissau – o chamado

massacre de *Pindjiguiti* (LOPES, 1982; 1987). Tendo reunido condições necessárias, embora não suficientes, para a descolonização da Guiné-Bissau, o PAIGC iniciou a luta armada contra o regime colonial português em 1963. Como bem enfatiza Cabral, o povo não luta pelas ideias nas cabeças das pessoas, mas pelos resultados que a guerra pode suscitar para a melhoria de suas condições de vida socioeconômica.

E, entre as estratégias da luta, as alianças externas se tornaram centrais para conseguir ativos necessários para minar a colonização e alargar as forças descolonizadoras. Para Visentini (2016, p. 121), “as revoluções africanas da década de 1970 ocorreram numa conjuntura em que era possível buscar alianças diplomático-militar em função da Guerra Fria”. E, foi-se conectando organicamente com esse contexto, que a organização política revolucionária que liderava a resistência – PAIGC – através do seu líder Amílcar Cabral, estabeleceu relações diplomático-militares com vários países e organizações que tinham interesse na descolonização do continente, particularmente da Guiné-Bissau.

Diante dessa necessidade, a mobilização de recursos financeiros, assistência médica e educacional, assim como a capacitação dos recursos humanos para manusear instrumentos militares e calcular estrategicamente a guerra foi conseguido, ao longo de algumas viagens e contatos diplomáticos, ao redor do mundo realizados pelo Líder do PAIGC. Amílcar Cabral teria desenvolvido relações de vários níveis com países africanos que acabaram por solidarizar e comprometer-se em fornecer capacitações militares, armamentos e bases para instalação das forças da guerrilha do PAIGC, por exemplo, o caso de Marrocos, Gana e Guiné de Sékou Touré. Não obstante, houve tentativas de estabelecer, algumas vezes, contato com o Bloco Leste (Cuba, URSS e outros), a China e alguns países da Europa e da América Latina. Internamente, ampliava-se adesão massiva e indiscriminada da população guineense, recursos materiais, espirituais e ancestrais aplicados nas matas da Guiné para conquistar a descolonização e os passos de formação do “Estado-nação” da Guiné-Bissau.

Com toda escassez ou certa inacessibilidade aos materiais que possam descomplicar a relação existente entre esses dois eventos históricos, descolonização africana e guerra fria foram dois eventos dissociáveis, porém, incontornáveis para a formação de novos territórios modernos em África. Marvin Rodrigues Silva e Silva (2016) destaca algumas questões fundamentais para a compreensão da importância do processo histórico-geopolítico da Guerra Fria para a

descolonização do continente africano, especificamente, da “África Portuguesa” de que a Guiné é parte. Amílcar Cabral, do mesmo modo que começou a mobilização no território nacional, alianças com países africanos tanto na sub-região e nos mais distantes recantos da África, também o fez quando percebeu que fazer aliados internacionalmente era um incremento as estratégias da descolonização, inclusive com países como a China.

Segundo Witney W. Schneidman (2005, p. 101 citado por Silva, 2016, p. 82)

[...] não era somente a União Soviética que se sentia ameaçado por este avanço chinês, os Estados Unidos também teriam ficado alarmados. Ignorado e isolado do mundo ocidental, o comunismo de Pequim parecia a Washington mais subversivo e sinistro do que o de Moscovo. As preocupações americanas aumentaram em Setembro de 1965 quando Lin Piao, o Ministro da Defesa chinês, ameaçou o Ocidente com uma série de revoluções no terceiro mundo que “cercariam” os países industrializados’.

Na descrição feita por Marvin Rodrigues (2016), o interesse da URSS eclodiu para com a Guiné-Bissau logo que se percebeu a presença da China transformada em ações e apoios ao PAIGC e outros movimentos anti-colonialistas. Também havia a relação dos EUA, contudo este estava ao lado do salazarismo, então líderes do condomínio em disputa para imposição das suas lógicas geoestratégicas, canalizando recursos político-militares, assistência médica, formação de militantes e acadêmicos aos movimentos de libertação nacionais. A Cuba, no entanto, somente começou a intensificar a sua relação com os movimentos pró-independência posteriormente à visita de Che Guevara a alguns países africanos, onde teve a oportunidade de conversar com Amílcar Cabral em 1964. Dessa forma, além da China e da URSS, a presença de Cuba na África e os apoios prestados foram de muita valia para a independência da Guiné-Bissau.

Mas sem dúvida que a junção de forças desses dois países, nomeadamente com o envio de armas mais à frente na guerra através de Cuba e, o treinamento do contingente militar do PAIGC por estes dois países, com a assistência técnica de cubanos no território da Guiné, foram primordiais para o sucesso dessa operação (SILVA, 2016, p. 85).

Com a derrota de tropas portuguesas na batalha de *Como*, o PAIGC teve a oportunidade não simplesmente de mostrar à população que era possível vencer a guerra, como também conseguir implementar políticas pós-coloniais que visavam democratizar acessibilidade de serviços públicos básicos às populações que se encontravam na gloriosa zona libertada.

Nas zonas libertadas do controle da administração colonial, o PAIGC criou as suas próprias estruturas estatais, o embrião da futura república independente: um eficaz sistema de administração comunal e de justiça popular, o fornecimento, pela primeira vez, de serviços de saúde e de ensino, a criação de uma rede de mercados e de distribuição dos produtos dos camponeses. Deste modo» os habitantes das zonas libertadas «viram as suas vidas melhoradas». Compreendiam, de maneira clara, a razão de ser da sua luta, ainda que nunca tivessem visto um colono ou um soldado português. Por esta razão, e apesar dos bombardeamentos e das atrocidades a que estavam sujeitos, encontravam-se dispostos a continuar a apoiar o movimento de revolta, a participar na sua própria libertação, a construir uma vida nova destituída das dificuldades e dos sofrimentos da guerra (WOOLLACOTT, 1983, p. 134).

Com o assassinato de Amílcar Cabral em Conakri, em 1973, e a Proclamação da Independência pela Assembleia Nacional da Nova República em Madina de Boé, novas estruturas pós-coloniais de poder foram instaladas. O país passou a ser governado desde então pelos líderes das guerrilhas, tendo o PAIGC como único partido com a legitimidade de governar – um Partido-Estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que desembocaram nas lutas de libertação da África também foram os mesmos que apontavam para uma certa periferização da África no pós-Guerra Fria. Como bem sublinha Visentini, “o resultado foi a marginalização da África no sistema internacional e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional” (2009, p. 129-130). No entendimento de David Harvey, (2005, p. 161) “a dissolução dos impérios comerciais fechados [em África] e a descolonização criaram diversos Estados independentes, novos, mas economicamente impotentes em todo o Terceiro Mundo”. Em grande parte, do mesmo modo que novos estados foram talhados na Europa depois da primeira guerra mundial.

A Guerra Fria teve implicações incontornáveis na formação de novos Estados modernos em África e suas democracias. A sua ocorrência em paralelo com a descolonização do continente propiciou um ambiente não somente favorável à criação de alianças geoestratégicas que tornaram a descolonização um fato consumado, como também possibilitou condições singulares para a compreensão de fossos em que se encontrava, ou melhor, que se encontra o continente hoje. Assim, o contexto da Guerra Fria fora bastante sangrento para os processos de libertação da África e, em grande medida, permitiu também que os povos africanos, em escala regional e local, usassem do embate geopolítico global e das suas influências regionais para fortalecer ou combater os movimentos internos que se vinculavam a questão da libertação colonial, ao mesmo tempo, os

movimentos organizados faziam também com que as potências fossem questionadas sobre as continuidades das reproduções das heranças da colonização na montagem dos novos “Estados nações” africanos (OLIVEIRA, 2009).

Em suma, a reconfiguração do globo se dava com o nascimento de novos Estados, frutos de revoluções armadas, guerras ideológicas, conflitos culturais e articulações locais e regionais com a dinâmica da geopolítica internacional. É preciso olhar e indagar sobre as questões evidentes ligadas à herança colonial e as implicações da Guerra Fria sem desconectá-las com a descolonização e suas relações com a geopolítica atual, sobretudo, todos os embates que prosseguem na geopolítica do capitalismo com a unipolaridade dos Estados Unidos e seu avanço nas reformas no continente africano. É possível entender como a geopolítica internacional desde a Guerra Fria interfere na reconstrução da África e, assim, dos seus Estados e suas respectivas reformas, sobretudo, após a crise do Petróleo, a partir de 1973. Lançar bases para tal desafio irá exigir mais pesquisas a respeito dessa temática, pois sistematizar condições e dados necessários para fundamentação de novo projeto social – de que precisa a Guiné-Bissau (CORREIA, 2019).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos**: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 4-26, 2020.

BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica. *In*: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. *In*: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. *In*: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

COMITINI, Carlos. **África arde**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CORREIA, Moisés Domingos. A reconstrução do estado da Guiné-Bissau: uma utopia ou necessidade premente? **Desenvolvimento e Sociedade**, Évora, n. 7, p. 87-104, 2019.

CORREIA, Moisés Domingos. **A reforma de Estado na Guiné-Bissau (1994-2014)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção/CE, 2019.

DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné**: aspectos de uma revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

FAGE, John. Donnelly. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 2017.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

FIORI, José Luis. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRANK, André Gunder. **A acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIXO, Adriano de. A crise do último império: a Guerra Fria e as décadas finais do colonialismo português (1945-1975). **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 1. p. 126-138, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LOPES, Carlos. **Transição histórica na Guiné-Bissau**: do movimento de libertação nacional ao estado. Bissau, Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

LOPES, Carlos. Crescimento económico e desigualdade: as novidades pós-Consenso de Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 94, p. 03-20, 2011.

MONDLANE, Eduardo. Resistência: a procura de um movimento nacional. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

MONGA, Célestin. **Niilismo e negritude**: as artes de viver na África. São Paulo: Martins Editora, 2010.

N'KRUMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 24, p. 93-114, 2009.

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. **História, a Guiné e as Ilhas de Cabo Verde**. Porto: Afrontamento, 1974.

SAID, Edward Wadie. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: José Flávio Sombra Saraiva (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marvin Rodrigues Silva e. **A descolonização da Guiné e Cabo Verde perante o cenário de Guerra Fria**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – área de especialização em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

SILVA, Lurdes Marques. Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático: os casos da Indonésia e Timor Leste. **Lusotopie**, [S. l.], n. 7, p. 359-374, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, Jose Rivair. (Org). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e relações internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 111-129, 2016.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise social**, Lisboa, v. 19, n. 77/79, p. 1131-1155, 1983.

Trabalho aceito em: 02/03/2023.